

PORTARIA nº 01/MPC/GABMBCM, 29 de janeiro de 2018.

INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO N. 002.2018.066

Tendo tomado conhecimento de fatos administrativos, cujas informações se extraem da folha de pagamento de pessoal do Tribunal de Contas de Minas Gerais, que dão conta da existência, em tese, de nepotismo nos quadros de servidores do TCE/MG, entre cargos em comissão e de confiança de Auxiliar Administrativo do Gabinete de Conselheiro-Substituto e Assessor do Gabinete da Presidência da Corte, matrículas TC 1595-1 e TC 2967-7, respectivamente, cargos exercidos concomitantemente entre mãe e filho, ferindo de morte o disposto na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal;

considerando ainda, as competências remetidas ao Ministério Público pelo art. 26, inciso I, da Lei federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 c/c artigo 30 da Lei Complementar estadual n. 102/2008 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Minas Gerais), relativas à atribuição de instaurar medidas e procedimentos no exercício de suas funções, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, no âmbito extrajudicial;

considerando por fim, o disposto no artigo 2º, inciso III e § 2º, e no artigo 3º da Resolução MPC-MG nº 07 de 21 de novembro de 2013, RESOLVO, no uso das minhas atribuições, INSTAURAR PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO para apurar, em tese, irregularidades na nomeação para o exercício de cargo em comissão e de confiança no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais/MG, contrariando os princípios da moralidade e legalidade, ambos corolários da Administração Pública.

Após a adoção das medidas cabíveis, determino que os autos retornem conclusos ao meu Gabinete, para ulteriores deliberações.

Autue-se, publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 29 de janeiro de 2018.

Marcílio Barenco Corrêa de Mello
Procurador do Ministério Público de Contas.